



OAB-MG apoia projeto de lei sobre piso salarial para advogados

A Ordem dos Advogados do Brasil de Minas Gerais aprova projeto de lei do grupo Comissão OAB Jovem que institui piso salarial para os advogados, encaminhado para a cúpula da seccional em março. Para a unidade, a luta pelo piso salarial dos advogados é legítima e tem espeque nos fundamentos da República, especialmente na dignidade da pessoa humana e no valor social do trabalho.

A decisão foi tomada pelo Conselho Pleno da OAB mineira. Os membros entenderam que, na falta de acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativo, o caminho escolhido é o mais apropriado para se chegar a um piso. O advogado Fabrício Almeida, presidente do grupo jovem, vai representar o Conselho perante o governador do Estado, Antonio Anastasia, no sentido de viabilizar a remessa de projeto de lei à Assembleia Legislativa estadual.

Uma audiência pública pode ser marcada para debater o assunto. Como [noticiou](#) a **Consultor Jurídico**, uma outra proposta de projeto de lei que institui piso salarial para os advogados contratados no estado do Mato Grosso foi encaminhada ao presidente e ao vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil em Mato Grosso, Cláudio Stábile e Maurício Aude, pelo Grupo OAB Jovem Independente.

Para valorizar o jovem advogado que ingressa no mercado trabalhando como contratado de escritórios, os mato-grossenses pretendem instituir, por meio de lei estadual, um piso de R\$ 1,3 mil para 20 horas semanais ou de R\$ 2 mil para 40 horas semanais. O piso salarial para advogados contratados já é praticado em estados como Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Acre, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além do Distrito Federal. No Pará, um Projeto de Lei está tramitando neste sentido.

“O jovem advogado entra no mercado hoje e ele é praticamente ninguém. Ele é mais um tratado como inexperiente e acaba sendo contratado nos escritórios aí por R\$ 700, R\$ 800 para trabalhar o dia inteiro. Um colega nosso era estagiário e recebia R\$ 800 como estágio e, quando sugeriram contratá-lo como advogado, o salário iria subir para R\$ 1 mil”, relata o advogado Ulysses Lacerda Moraes, membro do OAB Jovem. *Com informações da Assessoria de Comunicação da OAB-MG.*

Date Created

17/06/2012